

**Entre a norma e a alma: a subjetividade do vocacionado, em uma perspectiva do trabalho, diante  
dos requisitos da vida religiosa católica**

*Between Norm and Soul: The Subjectivity of the Vocationally Called from a Work Perspective in Light  
of the Requirements of Catholic Religious Life*

---

Luiz Gonzaga Ferraz, Grupo Alma Excelência Humana e Diocese de Governador Valadares, MG, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0073-881X>

Correo electrónico: [luiz.psicologo@yahoo.com](mailto:luiz.psicologo@yahoo.com)

Cristienne Gonçalves Pereira Valin, Universidad de Ciencias Empresariales, Sapezal, Mato Grosso,  
Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7928-4856>

E-mail: [cris2n@hotmail.com](mailto:cris2n@hotmail.com)

ARK CAICYT: <https://id.caicyt.gov.ar/ark:/s18527310/imjyo13hi>

## **Resumo**

Este artigo apresenta uma revisão teórica sobre a subjetividade do vocacionado diante das normas e exigências da vida religiosa, articuladas à dinâmica do trabalho e ao sentido da vida sacerdotal. Analisa como o sujeito elabora internamente os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência a partir da distinção entre prática religiosa e experiência espiritual. Com base em aportes fenomenológicos, existenciais e da psicologia do trabalho, discute-se a função dessas exigências na construção de sentido do trabalho vocacional e na relação pessoal com o sagrado. Examina-se

também a relação entre religiosidade, espiritualidade e autenticidade vocacional. Conclui-se que a vida religiosa pode constituir uma resposta vocacional autêntica quando há integração entre identidade, valores, liberdade e ações, orientada pelo sentido existencial e pela coerência com o contexto.

### **Palavras-chave**

vocação; trabalho; subjetividade; vida religiosa consagrada; sentido da vida

### **Resumen**

Este artículo presenta una revisión teórica sobre la subjetividad de la persona vocacionada frente a las normas y exigencias de la vida religiosa, articuladas con la dinámica del trabajo y el sentido de la vida sacerdotal. Analiza cómo el sujeto elabora internamente los consejos evangélicos de castidad, pobreza y obediencia a partir de la distinción entre práctica religiosa y experiencia espiritual. Con base en aportes fenomenológicos, existenciales y de la psicología del trabajo, se examina la función de estas exigencias en la construcción de sentido del trabajo vocacional y en la relación personal con lo sagrado. También se aborda la relación entre religiosidad, espiritualidad y autenticidad vocacional. Se concluye que la vida religiosa puede constituir una respuesta vocacional auténtica cuando existe integración entre identidad, valores, libertad y acciones, orientada por el sentido existencial y la coherencia con el contexto.

### **Palabras clave**

vocación; trabajo; subjetividad; vida religiosa consagrada; sentido de vida

### **Abstract**

This article presents a theoretical review of the subjectivity of the vocationally called individual in relation to the norms and requirements of religious life, linked to the dynamics of work and the meaning of priestly life. It analyzes how the subject internally elaborates the Evangelical Counsels of chastity, poverty, and obedience by distinguishing religious practice from spiritual experience.

Drawing on phenomenological, existential, and work psychology perspectives, the article discusses

the role of these requirements in constructing meaning in vocational work and in one's personal relationship with the sacred. It also examines the relationship between religiosity, spirituality, and vocational authenticity. It concludes that religious life may constitute an authentic vocational response when identity, values, freedom, and actions are integrated and oriented by existential meaning and contextual coherence.

### **Keywords**

vocation; work; subjectivity; consecrated religious life; meaning in life

### **Introdução**

Discussões a respeito da subjetividade do vocacionado, numa perspectiva de trabalho e frente às exigências para uma vida religiosa consagrada, perpassam pelos campos de diversas ciências (e. g., psicologia, filosofia, sociologia, religião). O tema aborda reflexões desde a antiguidade histórica que circulam no cenário atual como desafios no campo científico, os quais provocam inúmeras possibilidades de pesquisas e estudos.

Este artigo emerge dos seguintes questionamentos: Qual é a importância das normas e dos requisitos para a vida religiosa na subjetividade do sujeito, de maneira que ele encontre sentido e significado no trabalho sacerdotal? De que maneira o candidato à vida religiosa elabora as exigências dessa vida consagrada a partir da religião e da sua relação pessoal com o sagrado? Qual é a relação entre religiosidade e espiritualidade no trabalho vocacional?

Essas questões são observadas a partir de uma releitura a respeito do Trabalho, suas representações e significados desde os tempos remotos à atualidade, afunilando-se no trabalho religioso, sacerdotal. A princípio é observado, neste artigo, o fenômeno do trabalho e o sentido deste para o vocacionado. É importante ressaltar ainda, que compreendemos, para fins deste artigo, o conceito de Trabalho em geral, e mais pormenorizadamente a compreensão deste conceito à luz do campo religioso, em específico.

Referir-se ao Trabalho, enquanto fenômeno nos direciona à abordagem teórica da

Fenomenologia, a qual, segundo Bicudo (2000), contribui para a construção de conhecimentos voltados para a busca de compreensão da dinâmica das significações humanas. Belo (2006) descreve que a palavra Fenomenologia é de origem grega sendo composta por duas outras: Fenômeno (i. e., significa aquilo que se mostra e não somente aquilo que se parece/ou aparece) e Logos (i. e., estudo ou explicação). Lima (2014) por sua vez, afirma que se refere ao "estudo dos fenômenos, daquilo que aparece na consciência, daquilo que é dado a partir de si mesmo (...), é também um amplo movimento científico e espiritual, extraordinariamente variado e ramificado" (p.10).

Nesse mesmo direcionamento, ao abordar em Psicologia a expressão da espiritualidade humana via religião, ela não irá recair numa espécie de fundamentação científica de preceitos religiosos. A harmonização entre via religiosa e via filosófica ou psicológica refere-se ao reconhecimento de tais esferas e ao estudo da religiosidade como expressão humana, e não como validação ou não, de preceitos religiosos. Assim, quando se aborda Religião em Psicologia, está abordando a vivência humana, ou seja, o estudo da experiência acerca das vivências religiosas.

Em continuidade ao percurso teórico, após as discussões a respeito do Trabalho, buscou-se apresentar neste artigo, a apresentação das normas e dos requisitos para uma vida religiosa sacerdotal, em especial, os requisitos de pobreza, castidade e obediência, enquanto Conselhos Evangélicos estruturais que moldam a subjetividade do indivíduo. Nesse aspecto, conforme os pensamentos de Frankl (2009), todo humano é limitado e só é realmente humano à medida que se eleva sobre sua própria limitação, superando-a e, portanto, transcendendo-a.

Para o autor supracitado, um homem em geral só é um homem porque, como ser espiritual, está acima do seu ser corporal e psíquico. O homem, como ser espiritual, não se encontra confrontado apenas com o mundo externo, mas também com o seu mundo interior, tomando posição diante dele. Em qualquer momento de sua existência o homem toma posição tanto em relação ao meio ambiente natural e social, quanto diante do mundo psicofísico vital. E é exatamente

dentro desse contexto que este artigo questiona a importância da vivência das normas religiosas enquanto parte integrante na subjetividade do indivíduo.

Na perspectiva da religião cristã, na Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja, e aqui, faz-se referência à Igreja Católica Apostólica Romana, a vida religiosa se constitui na profissão dos Conselhos Evangélicos citados acima (de castidade, pobreza e obediência), sendo, em primazia, um "estado de vida", cujas vivências são percebidas como meio concreto de ascese espiritual, de abnegação, mortificação, penitência e renúncia.

Sendo assim, essa ascese contribui para a formação do caráter, favorecendo a integração das dimensões humana e espiritual. Nesse processo, o indivíduo aprende a orientar sua vida segundo valores superiores, superando tendências desordenadas e desenvolvendo virtudes essenciais para a missão/vocação. E parece ser nessa integração que a subjetividade do sujeito, que se dispõe à vida religiosa consagrada, é moldada.

De igual maneira, a construção da identidade do vocacionado ao sacerdócio perpassa pela vivência da sua relação com o sagrado, que em linhas gerais, trata-se da espiritualidade a qual pode ser imanente (i. e., a busca pelo sentido dá-se no mundo material, sem a necessidade de uma dimensão sobrenatural), e transcendente (i. e., a busca pelo sentido ultrapassa os limites do ego, da natureza humana, do material, em conexão com algo maior que o eu físico).

Na perspectiva de Benelli (2007), a possibilidade de conflitos na interpretação da vocação, bem como das práticas dos valores religiosos podem gerar crises relacionadas à identidade e à vivência das normas institucionais. E desta maneira, será evidenciado no desenvolvimento deste artigo, além dos conceitos centrais do trabalho, as reflexões que tendem aos questionamentos iniciais desse estudo, seguindo para os aspectos conclusivos que respondem a essas indagações, bem como de que a vida religiosa autêntica não neutraliza ou anula a subjetividade, pelo contrário, a integra, sendo fundamental para a saúde psicológica, espiritual e para a vivência plena da vocação.

## **Desenvolvimento**

Para Borges e Yamamoto (2004), as pesquisas em psicologia têm estudado a diversidade de significados atribuídos ao trabalho pelas pessoas, os quais apresentam entre si correlações e contradições. Assim também, em outras ciências (e. g., antropologia, sociologia, filosofia) o trabalho constitui-se em objeto de estudo, cujo conceito e especificações foram produzidos a partir de suas contribuições, tendo suas origens apresentadas ao longo da história (Bendassolli, 2007).

Nesse sentido, segundo a perspectiva do autor supracitado, as concepções atuais acerca do trabalho envolvem a compreensão de diversos aspectos, por exemplo, as relações no trabalho, quem são os trabalhadores, a relevância do trabalho na construção da identidade destes trabalhadores, da subjetividade, etc.

A partir do século XX, o trabalho passou a configurar-se da forma atual, sem muitos empregos permanentes e duradouros, observando a prevalência de novas tecnologias e inovações na organização e nas formas de trabalho (Morin, 2001). Nesta configuração, as mudanças que ocorreram ao longo da história referem-se à influência do trabalho na construção da sociedade e na formação da subjetividade do indivíduo (Borges, 1999).

Sendo assim, narrativas sobre a origem do trabalho e do sentido existencial tem sido feitas na história da humanidade sob vários aspectos, e dessa forma, a filosofia, através da mitologia grega apresenta informações valiosas abrindo um campo para compreensões e reflexões a respeito do trabalho (Han, 2017).

Para Han (2017), a sociedade moderna é percebida como a sociedade do cansaço ou da fadiga. O autor em questão associa o Mito de Prometeu a uma sociedade composta por sujeitos de rendimento e mecanicistas, os quais não apresentam contato consigo próprio.

Conta Hesíodo no Mito de Prometeu que, na criação do mundo, os irmãos titãs Epimeteu e Prometeu receberam da parte de Zeus, a missão de entregar aos mortais as habilidades necessárias

para a sobrevivência, as quais foram distribuídas de acordo com as necessidades de cada um (Stone, 2005).

O filósofo expõe que Epimeteu não projetou as habilidades para todos os seres vivos, deixando o homem nu e sem proteção. O autor supracitado afirma que quando Prometeu percebeu o erro de seu irmão, decidiu retirar/roubar do Olimpo o fogo e a sabedoria para entregá-los ao homem e garantir que sua criação não fosse extinta da Terra (cf. Stone, 2005; Han, 2017).

Contudo, Zeus, ao perceber que o fogo havia sido roubado do Olimpo, irou-se com Prometeu e o mandou prender com uma corrente no cume de um monte, onde todos os dias aparecia-lhe uma águia e devorava-lhe o fígado, o qual era regenerado todas as noites, assim por muitos anos (Stone, 2005).

Han (2017) propõe uma valiosa interpretação para esse mito, comparando-o com a sociedade atual na qual o indivíduo agride a si próprio, provocando uma guerra interna, principalmente ao referir-se às cenas do aparato psíquico. Nesta perspectiva do autor supracitado, a representação da águia que devora o fígado de Prometeu remete-se ao próprio ego com o qual está em constante conflito, assim também, o sujeito mecanicista que acredita estar em liberdade, "encontra-se tão acorrentado quanto Prometeu" (p.11).

Dessa forma, a concepção de trabalho na perspectiva da mitologia grega era vista como uma espécie de maldição ou punição, pois depois que Prometeu retirou a fagulha de fogo do Olimpo, foi acorrentado e preso, punido a viver eternamente e picado por uma águia (Stone, 2005).

Para Borges e Yamamoto (2004), a filosofia clássica considerava o trabalho como degradante e inferior, além de desgastante. Segundo os autores supracitados, esta perspectiva filosófica resgata o pensamento de Platão e Aristóteles a respeito do trabalho, haja vista que tais filósofos exaltavam a ociosidade, e respectivamente, afirmavam que o cidadão deveria ser poupado do trabalho, e que o trabalho era uma atividade inferior que impossibilitava as pessoas de possuírem virtudes.

Conforme Maranhão e Azevedo Neto (2014), outra interpretação a respeito do trabalho na

antiguidade é percebida nas escrituras sagradas, quando é relatada a expulsão de Adão e Eva do paraíso após desobedecerem a uma ordem superior. Nesta interpretação, o castigo pela desobediência humana ao comer o fruto do conhecimento do bem e do mal se encontra descrito no Velho Testamento, livro de Gênesis, capítulo 3, verso 17 que diz: "[...] maldita é a terra por tua causa: com fadiga comerás dela todos os dias de tua vida [...]".

Na perspectiva do parágrafo acima, o trabalho é visto como castigo, mas por outro lado, e segundo os mesmos autores, a idealização do trabalho também é observada quando Adão recebe a ordem que deveria cuidar do Jardim do Éden, lugar fértil, agradável e prazeroso.

Nesse sentido, Maranhão e Azevedo Neto (2014) expõem a questão do trabalho numa perspectiva bíblica dualista de benção e maldição, fomentando a reflexão sobre a representação do trabalho para a sociedade, seu sentido e a maneira como ele é compreendido e vivenciado.

Tripalium e trabricula são termos latinos associados à tortura que estão na origem da palavra trabalho (Borges & Yamamoto, 2004). Nesse aspecto, os autores supracitados questionam se trabalho deve ser, necessariamente, associado ao sofrimento, ou percebido como uma atividade essencialmente humana que dá origem ao ser social, haja vista que o termo é objeto de múltiplas e ambíguas atribuições de significados.

O trabalho é um fenômeno multifacetado e complexo cuja compreensão demanda diversas percepções dos diferentes campos disciplinares (Zanelli et al., 2004). Assim também, Coutinho (2009) associa o trabalho a uma atividade humana, individual ou coletiva, complexa, dinâmica, de caráter social, que se modifica e se distingue de qualquer outra prática animal devido a sua natureza consciente, moral e reflexiva.

Para Marx (1983), é justamente essa capacidade racional do ser humano, em consonância com o trabalho, que traz a capacidade de modificar a si próprio e a natureza ao seu entorno,

deixando em tudo o que o cerca, as marcas da sua humanidade, sendo esta apropriação da natureza para o suprimento de suas necessidades um processo contínuo e regulador.

Nesta mesma direção, de acordo com Sachuk e Araujo (2007), o trabalho tem uma importância central atuando como determinante na manutenção da vida do homem e de sua historicidade, individual ou coletiva. Nesta perspectiva, a humanidade se estrutura, portanto, quase em sua totalidade, em função do conceito de trabalho. Isso significa que trabalho está fundido na existência do indivíduo, o que, todavia, para Jacques (1996), é quase impossível essa separação em função da ação impactante que provoca.

Nessa conjuntura de desenvolvimento social, o trabalho deixou de ser apenas uma ferramenta de sobrevivência e se tornou também parte da personalidade das pessoas, como uma tarefa multifacetada e uma forma de atuação do homem sobre o mundo e vice-versa (Antunes, 2000).

Os estudos sobre o trabalho, suas interfaces, as relações entre ele, sua psicodinâmica são objetos de estudo das diversas ciências, a saber, psicologia, sociologia, filosofia, dentre/outras, com suas complexas abordagens teóricas. Contudo, estamos aqui mais interessados, neste artigo, na compreensão deste conceito à luz do campo religioso, especialmente segundo os aspectos da fenomenologia.

Nesta perspectiva, conforme os estudos de Oliveira (2010), ocorre trabalho religioso quando o indivíduo produz, desenvolve ações e/ou elabora discursos revestidos de sagrado, de modo a atender a uma necessidade de expressão de um grupo ou de uma classe social. Sendo assim, enquanto a experiência mística e a fala permanecem no domínio interno, na esfera subjetiva, o trabalho religioso é completo quando as ações e as crenças de alguém passam a se tornar crenças e ações de um grupo, por menor que seja.

No que tange ao fenômeno do sentido e a dinâmica do trabalho sacerdotal, segundo os escritos bourdieusianos, parece existir um distanciamento do trabalho comercial (serviçal) e uma

aproximação ao componente vocacional do ofício do sacerdócio. Nesse sentido, as tarefas sagradas são irreduzíveis a uma codificação puramente econômica e social: o sacristão não exerce um ofício; ele realiza um serviço divino. (Bourdieu, 1996, p. 186).

## **2. Os requisitos da vida religiosa: Pobreza, Castidade e Obediência, enquanto conselhos evangélicos estruturais que moldam a subjetividade.**

As normas e regras da vida religiosa consagrada ocupam um lugar central na tradição da Igreja Católica, configurando-se como uma forma específica de seguimento de Cristo mediante a profissão dos conselhos evangélicos. E nesse horizonte, a vocação sacerdotal apresenta-se como expressão particular desse estado de vida, marcada por exigências espirituais, disciplinares e pastorais (Concílio Vaticano II, 1965).

Em 2010, o papa Bento XVI, em uma visita a Portugal, proferiu um discurso contundente alertando aos ouvintes que no contexto contemporâneo, caracterizado por transformações socioculturais intensas e pela prevalência de valores materialistas, é perceptível a necessidade de uma espiritualidade sólida e integrada. Nesse sentido, para Cantalamessa (1996), o cristão, sobretudo aquele chamado ao ministério ordenado, é interpelado a articular o progresso material com uma vida interior consistente e orientada pelos valores evangélicos.

Segundo o Concílio Vaticano II (1964), a Igreja reconhece a pluralidade dos estados de vida (i. e., leigo, clerical e religioso), sendo cada qual dotado de dignidade própria e contribuição específica para a edificação do Corpo de Cristo. O estado religioso distingue-se pela vivência dos conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência, que não apenas regulam a conduta externa, mas estruturam a existência do consagrado como dom total a Deus.

Nessa perspectiva, para Benelli (2007), a adesão a esse estado de vida requer discernimento vocacional, maturidade humano-afetiva e liberdade interior, constituindo-se como resposta consciente ao chamado divino. Tal resposta implica compromisso permanente e integração entre identidade pessoal e missão eclesial.

Isso significa que o exercício do ministério sacerdotal, embora orientado intrinsecamente à santidade, não garante automaticamente a santificação pessoal, exigindo adesão contínua à graça divina, conforme o pensamento de Sarah (2020). Nesse contexto, destaca-se a necessidade de equilíbrio entre ação pastoral e vida interior, condição fundamental para a autenticidade ministerial manifestada no cultivo da vida de oração, recolhimento e fidelidade aos compromissos assumidos.

O vocacionado é chamado a viver em permanente conversão, testemunhando, por meio de sua vida, os valores do Evangelho e servindo como referência espiritual para a comunidade. Assim, a ascese apresenta-se como elemento constitutivo da vida consagrada, entendida como processo de disciplina interior que visa ordenar os afetos e promover o crescimento espiritual (Dicionário de Espiritualidade, 2012). Longe de representar negação da pessoa, a prática ascética favorece a liberdade interior e a maturidade existencial.

Por meio desse processo, o consagrado torna-se mais apto a responder ao chamado de Deus com maturidade e fidelidade, pois contribui para a formação do caráter, favorecendo a integração das dimensões humana e espiritual. Nesse processo, o indivíduo aprende a orientar sua vida segundo valores superiores, superando tendências desordenadas e desenvolvendo virtudes essenciais para a missão.

Dessa forma, a vida religiosa consagrada configura-se como um caminho exigente de seguimento de Cristo, sustentado pela integração entre espiritualidade, disciplina e compromisso vocacional (Concílio Vaticano II, 1964). A autenticidade da vida sacerdotal depende da integração entre missão e espiritualidade, de modo que o vocacionado possa exercer seu ministério não apenas como função, mas como expressão viva da presença de Cristo no mundo.

A vivência dos conselhos evangélicos aparece como meio de ascese no seguimento de Cristo e como expressão de autenticidade no projeto de vida. A vida consagrada caracteriza-se pela profissão dos conselhos evangélicos, compreendidos como meios privilegiados de santificação e configuração a Cristo (Concílio Vaticano II, 1964).

Conforme a perspectiva de Cantalamessa (1996), esses conselhos constituem um itinerário

espiritual que orienta a existência segundo os valores do Evangelho, implicando num caminho disciplinado de transformação interior e adesão livre à vontade divina.

Nesse contexto, a vivência dos conselhos evangélicos não deve ser entendida como negação da realidade humana, mas como sua elevação e ordenação ao fim último, que é Deus. Dessa forma, castidade, pobreza e obediência apresentam-se como dimensões complementares de um mesmo processo de configuração a Cristo.

No que diz respeito ao conselho evangélico da castidade, na tradição teológica refere-se à ordenação da sexualidade conforme a razão iluminada pela fé (Aquino, 2001). Na vida consagrada, assume a forma de castidade perfeita, como renúncia livre ao matrimônio por causa do Reino dos Céus (Bíblia, 2018/Mt 19:11-12). Do ponto de vista ascético, promove o domínio de si, a liberdade interior e a ampliação da caridade.

Além disso, exige disciplina contínua e cooperação com a graça divina, sendo sustentada tanto por meios naturais quanto sobrenaturais. Trata-se, portanto, de uma virtude que contribui para a maturidade integral da pessoa e para sua plena disponibilidade ao serviço de Deus e do próximo.

Quanto ao conselho evangélico da pobreza, fundamenta-se no desapego dos bens materiais e na confiança radical em Deus como única fonte de segurança e plenitude (Bíblia, 2018/Mc 10:21). Diferentemente da pobreza sociológica referindo-se à injustiça social, a pobreza cristã possui caráter teológico, orientado à liberdade interior e à comunhão.

Cantalamessa (1996) expõe que sua dimensão cristológica encontra-se no esvaziamento de Cristo, modelo de autodoação que propõe o abandono das riquezas como condição para o seguimento.

A vivência da pobreza implica não apenas a renúncia externa aos bens, mas também a

superação da idolatria das riquezas, conforme indicado pelo ensinamento evangélico. Assim, a pobreza torna-se caminho de liberdade espiritual e de abertura à comunhão fraterna.

Cristologicamente, essa virtude encontra seu fundamento na vida de Cristo, que, ao assumir a condição humana, esvaziou-se de sua glória, tornando-se modelo de entrega total.

Segundo Aquino (2001), o conselho evangélico da obediência consiste na conformação da vontade humana à vontade divina, mediada pela autoridade legítima. Na tradição bíblica, a obediência ocupa lugar central na história da salvação, sendo plenamente realizada em Cristo. Em perspectiva ascética, exige adesão interior e promove comunhão eclesial. Na tradição teológica, desenvolvida por autores como Santo Agostinho e Tomás de Aquino, a obediência é entendida como inserção na ordem divina que governa a realidade. Do ponto de vista bíblico, a obediência assume centralidade na história da salvação, sendo contraposta à desobediência de Adão e plenamente realizada em Cristo, cuja vida foi marcada pela fidelidade à vontade do Pai.

Na perspectiva ascética, a obediência não se limita à execução externa de ordens, mas exige adesão interior e unidade de vontade. Ela promove a comunhão eclesial, fortalece a caridade e contribui para o crescimento espiritual do indivíduo. Na vida sacerdotal e religiosa, a obediência manifesta-se como disponibilidade total para a missão e como expressão de comunhão com a Igreja, constituindo-se em elemento essencial da identidade vocacional.

Os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência constituem um caminho privilegiado de ascese cristã, orientado à configuração com Cristo e à perfeição da caridade. Conforme reafirmado pelo Concílio Vaticano II, sua vivência representa não apenas um meio de santificação pessoal, mas também um testemunho significativo para a Igreja e para o mundo. Entretanto, a plena compreensão e vivência desses conselhos estão intrinsecamente ligadas ao chamado divino, sendo acessíveis, em sua profundidade, àqueles que recebem a graça específica para tal vocação. Assim, os conselhos evangélicos constituem um caminho integrado de ascese, orientado à perfeição da caridade e à configuração existencial com Cristo (Concílio Vaticano II, 1964).

### **3. Conflito entre religiosidade e espiritualidade no trabalho vocacional: Aspectos da subjetividade**

#### **baseados na vocação autêntica e/ou inautêntica**

A distinção entre religiosidade e espiritualidade constitui um elemento conceitual relevante para a análise de fenômenos humanos relacionados ao sentido da vida e à experiência do sagrado.

Nesse aspecto, conforme Larson (2003), a religiosidade refere-se, de modo geral, à adesão a um sistema organizado de crenças, práticas e rituais compartilhados socialmente, frequentemente vinculados a instituições religiosas. Em contrapartida, a espiritualidade pode ser compreendida como a experiência subjetiva e existencial do indivíduo na relação consigo próprio, com os outros, com a natureza e com o transcendente, sendo frequentemente associada a um vínculo pessoal com Deus.

No campo da Psicologia da Religião, Pargament (1997) amplia essa compreensão ao afirmar que a religiosidade se fundamenta naquilo que é percebido como sagrado e na busca por significado. Dessa forma, engloba tanto expressões institucionais de fé (e. g., participação em igrejas, missas, liturgias, etc.) quanto às manifestações pessoais e sociais, incluindo práticas de compaixão, engajamento comunitário e ações de cunho ético.

Nesse sentido, religiosidade e espiritualidade não são categorias mutuamente excludentes, mas dimensões inter-relacionadas que podem se manifestar de formas diversas na vida dos indivíduos.

A distinção entre essas dimensões torna-se particularmente significativa na compreensão da autenticidade vocacional. Enquanto a religiosidade pode se expressar por meio da conformidade a normas e práticas institucionais, a espiritualidade remete à internalização de sentido e à vivência de uma relação significativa com o transcendente.

Quando ocorre uma dissociação entre essas esferas podem emergir configurações problemáticas, como a prática religiosa formal desvinculada de significado existencial. Nesses casos, a vivência da vocação tende a assumir um caráter inautêntico, marcada pelo cumprimento normativo

sem a devida integração subjetiva, o que pode comprometer a profundidade e a coerência da

experiência pessoal.

Nesse mesmo direcionamento, é preciso a compreensão a respeito dos modelos de espiritualidade imanente e transcendente. O primeiro modelo enfatiza a dimensão histórica e social da fé. Nessa perspectiva, o cristianismo tende a ser interpretado em sua dimensão estrutural como uma práxis política, priorizando a libertação das estruturas sociais opressoras. Nesse sentido, o pecado é compreendido predominantemente em sua dimensão social, sendo associado às injustiças estruturais.

Boff (2005) argumenta que a institucionalização da Igreja teria implicado na apropriação dos "meios de produção do sagrado", gerando relações de poder e dominação. Tal leitura reforça a crítica à hierarquia eclesial, vista como estrutura opressora.

Nesse modelo, segundo a perspectiva de Hoornaert (2016), os textos bíblicos são frequentemente interpretados a partir de uma perspectiva histórico-crítica, sendo considerados construções literárias e influenciados por contextos socioculturais. Assim, a verdade da fé passa a ser mediada pela experiência histórica e pela prática comunitária.

Por outro lado, o segundo modelo de espiritualidade (transcendente) enfatiza a dimensão sobrenatural da fé, a centralidade dos sacramentos e a verdade salvífica do Evangelho. De acordo com Hoornaert (2016), essa visão entende a origem da Igreja a partir dos eventos fundantes do cristianismo, como a morte e ressurreição de Cristo, bem como o testemunho dos apóstolos e mártires. A experiência religiosa é marcada pela busca de santidade e pela configuração a Cristo.

Bento XVI (2010) também alerta para o risco de redução da fé a uma dimensão meramente social, destacando que a missão da Igreja consiste em anunciar a verdade do Evangelho. Nesse sentido, o pecado não é apenas social, mas também pessoal e espiritual, exigindo conversão interior. Logo, a vivência dos votos religiosos (castidade, pobreza e obediência) é compreendida como caminho de santificação, e não como mecanismo de controle institucional.

O presente artigo evidencia a existência de uma tensão entre os dois modelos. Enquanto o modelo imanente enfatiza a transformação social, o modelo transcendente prioriza a salvação espiritual. Por outro lado, a crítica imanente aponta para o risco de alienação social quando a fé é desvinculada da realidade concreta.

Essa tensão entre esses modelos pode gerar conflitos na formação sacerdotal, especialmente na interpretação da vocação e na vivência dos valores religiosos, segundo o pensamento de Benelli (2007). Numa síntese interpretativa, a análise sugere que a oposição entre imanência e transcendência pode resultar em reducionismos. A espiritualidade cristã, em sua integralidade, envolve tanto o compromisso com o próximo quanto a abertura ao transcendente.

Nesse sentido, a separação radical entre ação social e vida espiritual empobrece a compreensão da fé, sendo necessário buscar uma síntese que integre ambas as dimensões, uma vez que os modelos imanente e transcendente coexistem na Igreja contemporânea, influenciando a formação e a vivência dos vocacionados.

No presente estudo, a vida religiosa consagrada é analisada como expressão de um projeto de vida, compreendido como uma construção dinâmica orientada por valores, experiências, relações sociais e pela busca de sentido, conforme proposto por Pérez Jáuregui (2009). Parte-se do pressuposto de que esse projeto se constitui de forma processual, integrando identidade, vocação e ação (Milano, 2013).

Nesse contexto, a vida religiosa consagrada é entendida como uma forma específica de organização existencial, na qual normas e regras não se reduzem a elementos institucionais, mas expressam um modo de ser no mundo. Nesse horizonte, a vocação é concebida como um chamado existencial que ultrapassa a dimensão funcional ou profissional, configurando-se como resposta da pessoa à totalidade de sua existência.

Conforme Frankl (1973, 2008), o ser humano é orientado pela "vontade de sentido", e é capaz de ir além de si mesmo em direção a valores, ao outro e a um sentido maior

(autotranscendência). Nesse contexto, a autenticidade de uma vocação está diretamente relacionada

à capacidade do indivíduo de responder, de maneira livre e consciente, a esse chamado, realizando valores e encontrando significado em sua existência.

Assim, para o autor supracitado, as vocações autênticas caracterizam-se pela coerência entre o ser e o agir, pela fidelidade à própria identidade e pela capacidade de responder, de maneira livre e consciente, ao chamado existencial, realizando valores criativos, vivenciais e atitudinais. Tais vocações expressam integração existencial e compromisso livre, implicando a integração entre dimensão subjetiva e realidade concreta, permitindo ao indivíduo reconhecer, assumir e concretizar seu projeto de vida com sentido.

Na vida religiosa consagrada, segundo a perspectiva de Milano (2013), essa autenticidade manifesta-se quando a vocação é vivida como resposta interior sustentada por sentido, entrega e autotranscendência, promovendo integração pessoal, realização existencial e compromisso com uma missão significativa.

Por outro lado, conforme Jáuregui (2005), as vocações inautênticas emergem quando há desconexão entre o indivíduo e o sentido de sua escolha, sendo frequentemente orientadas por fatores externos, como pressões sociais, expectativas institucionais ou ausência de reflexão crítica sobre o próprio projeto de vida. Para a autora supracitada, tais configurações estão associadas à predominância de desvalores ou antivalores podendo resultar em sofrimento psíquico, perda de sentido e manifestações como a síndrome de burnout.

Nesse sentido, vocações inautênticas frequentemente se vinculam a contextos de fragilidade reflexiva e dependência de validações externas, comprometendo a liberdade e a responsabilidade existencial.

No âmbito da vida religiosa, a inautenticidade pode expressar-se na vivência das normas como mera obrigação ou adaptação formal, sem a internalização de seu significado existencial, transformando a experiência vocacional em vivência alienante/ou conflitiva. Assim, a distinção entre

vocações autênticas e inautênticas revela-se essencial para a compreensão do desenvolvimento do projeto de vida na vida religiosa consagrada.

A autenticidade depende da relação do indivíduo com o sentido de sua existência, expressa na coerência entre identidade, valores e ações, sendo fundamental para a saúde psicológica e espiritual, bem como para a vivência plena da vocação.

Desse modo, a consideração da dimensão transcendente do ser humano amplia a compreensão psicológica do fenômeno vocacional, favorecendo uma abordagem integral que reconhece a busca de sentido como eixo estruturante da existência e condição para uma vida autêntica.

### **Conclusão**

Este artigo emergiu dos questionamentos iniciais com a proposta de compreensão das seguintes questões: Qual é a importância das normas e dos requisitos para a vida religiosa na subjetividade do sujeito, de maneira que ele encontre sentido e significado no trabalho sacerdotal? De que maneira o candidato à vida religiosa elabora as exigências dessa vida a partir da religião e da sua relação pessoal com o sagrado? Qual é a relação entre religiosidade e espiritualidade no trabalho vocacional?

Buscou-se, assim, através de revisões bibliográficas, perpassar pelo conceito e pela representação do Trabalho, numa perspectiva histórico-filosófica, até a compreensão do Trabalho no campo religioso enquanto vocação e de caráter social. Seguiu-se na compreensão a respeito das vivências das normas e dos requisitos para uma vida religiosa consagrada, cujo trabalho religioso/sacerdotal apresenta-se como uma expressão particular desse "estado de vida", que é marcado especialmente por estas exigências disciplinares.

Nesse mesmo contexto, moveu-se a compreender a relação entre religiosidade e espiritualidade, de maneira que o trabalho vocacional tivesse sentido para o sujeito. A partir das análises fenomenológicas, percebeu-se que existe uma tensão natural entre a natureza humana e as

exigências do sacerdócio, cujo sentido é percebido através de uma vocação autêntica (i. e., vocação na qual há coerência entre o ser e o agir), através da qual o indivíduo é fiel à sua própria identidade, tendo liberdade e consciência para cumprir seu chamado existencial, segundo os pensamentos de Pérez Jáuregui (2009) e Frankl (1973).

Com base nos pressupostos intelectuais apresentados neste artigo, a subjetividade do vocacionado é constituída essencialmente pela identidade vocacional, cujo vivência das normas requeridas pela igreja configura-se como expressão de entrega total a Deus, além de desapego interior e de um caminho para a liberdade espiritual.

Nesse sentido, o trabalho religioso tende a ser inigualável, único, peculiar, pois não parece haver separação entre a vida privada e a vida vocacional, e o sentido do trabalho vocacional dá-se exatamente na integração das normas na subjetividade do sujeito, ou seja, o trabalho não tende a ser o que se faz, mas o que se é. Em outros termos, a vida pessoal do vocacionado torna-se o seu próprio instrumento de trabalho.

Ao compreender as normas e exigências para uma vida religiosa consagrada, enquanto imposições legais da Igreja, o trabalho passa a ser considerado fardo e a subjetividade do sujeito pode entrar em crise (e. g., abandono, adoecimento psíquico), haja vista que, segundo o historiador e teólogo Hoornaert (2017), existe distinção entre o próprio Evangelho e a religião institucionalizada. Por outro lado, se as normas e os requisitos para este "estado de vida" são vivenciados como expressões da identidade do sujeito, o trabalho vocacional passa a ter sentido de autorrealização e de autenticidade no projeto de vida.

A vida religiosa consagrada configura-se como um projeto existencial complexo, que envolve dimensões espirituais, psicológicas e institucionais. A vivência dos conselhos evangélicos, longe de se reduzir a normas externas, estrutura a subjetividade do indivíduo. A autenticidade vocacional depende da integração entre norma e sentido (aqui, chamaríamos de alma), religiosidade e

espiritualidade, ação e interioridade. Nesse contexto, a ascese, a autotranscendência e a busca de sentido constituem elementos fundamentais para a realização humana e espiritual.

A compreensão dessas dimensões favorece uma abordagem mais integral da formação sacerdotal, contribuindo para o desenvolvimento de vocações autênticas, capazes de responder de modo livre, consciente e significativo ao chamado existencial.

Em síntese, e com base no quadro conceitual desenvolvido, a vida religiosa autêntica integra a subjetividade. O olhar fenomenológico nos permite compreender que o cumprimento dos conselhos evangélicos (i. e., castidade, pobreza, obediência) não deve ser um fim em si mesmo, mas um meio para que a liberdade do indivíduo se encontre com o compromisso vocacional e com a sua relação com o sagrado.

Por fim, Jaspers (1984) diz: "O homem que adquire real consciência de sua liberdade adquire simultaneamente a certeza da experiência de Deus" (p. 41). Isso significa que o vocacionado, ao reconhecer a sua liberdade, reconhece que a sua vida é finita e a ele tempo, passa a se conectar com o próprio Deus, ficando sua relação com o sagrado inseparável, proporcionando integralidade entre norma e alma.

## **Referências**

Antunes, R. (2000). Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.

Boitempo.

Aquino, F. (2011). Teologia da libertação. Cléofas.

Aquino, T. de. (2001). Suma teológica. Loyola.

Belo, A. (2006). Introdução à fenomenologia. Paulus.

Bendassolli, P. F. (2007). Trabalho e identidade em tempos sombrios. Ideias & Letras.

Benelli, S. J. (2007). Formação sacerdotal e identidade. Paulus.

Bento XVI. (2010, setembro 18). Discurso em Londres. Vaticano.

Bicudo, M. A. V. (2000). Fenomenologia: Confrontos e avanços. Cortez.

Boff, L. (2005). Igreja: Carisma e poder. Vozes.

Borges, L. de O. & Yamamoto, O. H. (2004). O mundo do Trabalho. In Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E. & Bastos, A. V. B. (orgs.), Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil (pp. 24-62). Porto Alegre: Artmed.

Bourdieu, P. (1996). Razões práticas: Sobre a teoria da ação. Papirus.

Bíblia. (2018). Bíblia Sagrada (Tradução da CNBB). São Paulo: CNBB.

Cantalamessa, R. (1996). Ungidos pelo Espírito. Loyola.

Concílio Vaticano II. (1962–1965). Documentos do Concílio Vaticano II. Vaticano.

Concílio Vaticano II. (1964). Lumen gentium: Constituição dogmática sobre a Igreja. Vaticano.

Concílio Vaticano II. (1965). Presbyterorum ordinis: Decreto sobre o ministério e a vida dos presbíteros. Vaticano.

Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 12(2), 189–202.

Dicionário de espiritualidade. (2012). Paulus.

Frankl, V. E. (1973). Psicoterapia e sentido da vida. Quadrante.

Frankl, V. E. (2008). Em busca de sentido. Vozes.

Frankl, V. E. (2009). A vontade de sentido. Paulus.

Han, B.-C. (2017). La sociedad del cansancio (2.ª ed.). Herder.

Hoornaert, E. (2016). Origens do cristianismo. Paulus.

Jacques, M. G. (1996). Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: Tamayo, A.; Borges-

Andrade, J. E. & Codo, W. (Orgs.). Trabalho, Organizações e Cultura. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. p. 21-26.

Jáuregui, P. (2005). Proyecto de vida y valores. San Pablo.

Jáuregui, P. (2009). Proyecto de vida y desarrollo humano. San Pablo.

Maranhão, N. & Azevedo Neto, P. T. (2014). O trabalho na bíblia: benção ou maldição? Revista Jus Navigandi, 19(3967).

Marx, K. (1983). O capital: Crítica da economia política. Abril Cultural.

Milano, J. J. F. (2013). De la identidad a la autenticidad. San Pablo.

Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. Revista de Administração de Empresas, 41(3), 08-19.  
<https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902001000300002>

Oliveira, P. A. R. (2010). A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: Teixeira, Faustino (Org.). Sociologia da religião: enfoques teóricos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010, pp. 177-197

Pargament, K. I. (1997). The psychology of religion and coping: Theory, research, practice. Guilford Press.

Ratzinger, J. (1984). Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação. Vaticano.

Sachuk, M. I. & Araújo, R. R. (2007). Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. Revista de Gestão USP, 14(1), 53–66.

Stone, I. F. (2005). O julgamento de Sócrates. Companhia das Letras.

Zanelli, J. C. & Bastos, A. V. B. (2004). Inserção profissional do psicólogo em organizações e no

trabalho. In Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E. & Bastos, A. V. B. (orgs.), Psicologia, Organizações

e Trabalho no Brasil (pp. 466-491). Porto Alegre: Artmed.